



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Relatório Desembargador Ricardo Paes Barreto

195

Embargos de declaração na apelação cível nº 226205-9 – Comarca do Recife

Embargante: Aécio Firmo Silva Thé.

Embargados: Estado de Pernambuco e outros.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO JULGADA NOS TERMOS DO ART. 543-c DO CPC. IMPOSTO DE RENDA RETIDO SOBRE LICENÇA PRÊMIO NÃO GOZADA. EXERCÍCIO DE 1998. AÇÃO AJUIZADA NO EXERCÍCIO DE 2005. PRETENSÃO DE INDÉBITO PRESCRITA. ART. 3º DA LC Nº 118/2005. PRECEDENTE REPRESENTATIVO DO STJ. PREQUESTIONAMENTO EXPLICITADO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A decisão embargada é bastante clara e precisa ao assentar que “embora tenha sido afastada a prescrição do fundo de direito, com o reconhecimento do direito ao indébito reclamado, restituição de imposto de renda que incidiu sobre licença prêmio não gozada na ativa e recebida em pecúnia, com correção pela taxa SELIC, de cada pagamento; juros de mora do trânsito em julgado, mais honorários advocatícios fixados em 10% do valor final da condenação, o precedente adiante colacionado, representativo da controvérsia posta, assentou o entendimento contrário ao admitido no julgado local, de que nas ações ajuizadas a partir de 09/06/2005, aplica-se o art. 3º da LC nº 118/2005, de modo que o prazo prescricional quinquenal na espécie, relativo a tributos sujeitos a lançamento por homologação, fluiria a partir do pagamento antecipado, de que trata o art. 150, § 1º, do CTN”, no caso o precedente é o REsp 1269570/MG, T2, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 04/06/2012. 2. Assentou-se, ainda, que “como no caso concreto os pagamentos se deram de maio a agosto de 1998, a prescrição quinquenal por completo se operaria em agosto de 2003, enquanto que a ação originária só veio a ser ajuizada no dia 31 de outubro de 2005, quando já vigente a mencionada Lei Complementar de regência”. 3. Registrou-se que os fundamentos estão expostos e a sede aclaratória é restrita, não comportando rediscussão meritória, o que deve ser objeto de recurso adequado e subsequente, sendo o caso. 4. Aclaratórios à unanimidade de votos rejeitados, não se considerando vulnerados os arts. 1º, III, 5º, XXIV e LV, 37, XV, e 150, II, da CF; 22 e 23 do EOAB, e 20 e 21 do CPC.

196

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de embargos de declaração na apelação nº 226205-9, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 5 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Relatório Desembargador Ricardo Pires Barreto

Embargos de declaração na apelação cível nº 226205-9 – Comarca do Recife
Embargante: Aécio Firmo Silva Thé.
Embargados: Estado de Pernambuco e outros.

RELATÓRIO

Cuidam-se de embargos de declaração diante de acórdão lavrado nos autos do apelo originário, rejugado os termos do art. 543-C do CPC, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. SUJEIÇÃO À REGRA DO ART. 543-C DO CPC MEDIANTE REJULGAMENTO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE NO PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO NÃO GOZADA. TRIBUTO SUJEITO A HOMOLOGAÇÃO. AÇÃO AJUIZADA APÓS A VIGÊNCIA ART. 3º DA LC Nº 118/2005. *ACTIO NATA* A PARTIR DO PAGAMENTO ANTECIPADO. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. APELO IMPROVIDO. 1. Embora originariamente tenha sido afastada a prescrição do fundo de direito, com o reconhecimento do direito ao indébito reclamado, restituição de imposto de renda que incidiu sobre licença prêmio não gozada na ativa e recebida em pecúnia, com os encargos legais e verba de sucumbência, em julgamento de recurso especial representativo da controvérsia posta (REsp 1269570/MG, T2, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 04/06/2012), o STJ assentou o entendimento contrário ao admitido no julgado local, de que nas ações ajuizadas a partir de 09/06/2005, aplica-se o art. 3º da LC nº 118/2005, de modo que o prazo prescricional quinquenal na espécie, relativo a tributos sujeitos a lançamento por homologação, fluiria a partir do pagamento antecipado, de que trata o art. 150, § 1º, do CTN. 2. Rejulgamento nos termos do art. 543-C do CPC. 3. Como no caso concreto os pagamentos por retenção se deram de maio a agosto de 1998, a prescrição quinquenal por completo se operaria em agosto de 2003, enquanto que a ação originária só veio a ser ajuizada no dia 31 de outubro de 2005, quando já vigente a mencionada Lei Complementar de regência e materializada a prescrição do próprio fundo de direito. 4. Apelo improvido à unanimidade de votos.

Segundo o embargante, esta decisão estaria a merecer reforma, mediante acolhimento do recurso com efeitos modificativos, porque o STJ, ao julgar o recurso especial representativo da controvérsia nº 1002932/SP, ratificou orientação no sentido de que o princípio da irretroatividade impõe a aplicação da LC nº 118/05 ao caso concreto, de modo a afastar a fundamentação exposta que ratificou o entendimento esposado pelo julgador primário, e, em ordem sucessiva, argumenta que em havendo reforma, os juros de mora devem incidir da citação, os honorários advocatícios não devem ser divididos reciprocamente e não pode haver redução de vencimentos, prequestionando vulneração aos

arts. 1º, III, 5º, XXIV e LV, 37, XV, e 150, II, da CF; 22 e 23 do EOAB, e 20 e 21 do CPC.

Autos conclusos.

É o relatório.

VOTO

A decisão embargada é bastante clara e precisa ao assentar que "embora tenha sido afastada a prescrição do fundo de direito, com o reconhecimento do direito ao indébito reclamado, restituição de imposto de renda que incidiu sobre licença prêmio não gozada na ativa e recebida em pecúnia, com correção pela taxa SELIC, de cada pagamento; juros de mora do trânsito em julgado, mais honorários advocatícios fixados em 10% do valor final da condenação, o precedente adiante colacionado, representativo da controvérsia posta, assentou o entendimento contrário ao admitido no julgado local, de que nas ações ajuizadas a partir de 09/06/2005, aplica-se o art. 3º da LC nº 118/2005, de modo que o prazo prescricional quinquenal na espécie, relativo a tributos sujeitos a lançamento por homologação, fluiria a partir do pagamento antecipado, de que trata o art. 150, § 1º, do CTN", no caso o precedente é o REsp 1269570/MG, T2, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 04/06/2012.

Assentou, ainda, que "como no caso concreto os pagamentos se deram de maio a agosto de 1998, a prescrição quinquenal por completo se operaria em agosto de 2003, enquanto que a ação originária só veio a ser ajuizada no dia 31 de outubro de 2005, quando já vigente a mencionada Lei Complementar de regência".

Os fundamentos estão expostos e a sede aclaratória é restrita, não comportando rediscussão meritória, o que deve ser objeto de recurso adequado e subsequente, sendo o caso, já que, pelo que se expôs, não se visualizada malferimento a qualquer dos dispositivos de lei explicitamente prequestionados.

Desse modo, rejeito os presentes aclaratórios, não considerando vulnerados, pelo que se expõe, os arts. 1º, III, 5º, XXIV e LV, 37, XV, e 150, II, da CF; 22 e 23 do EOAB, e 20 e 21 do CPC.

É como voto.

Recife, 5 de setembro de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator